

por soja e café entre os produtos primários de exportação. Há cinco anos superou a tradicional posição norte-americana, situando o Brasil como o maior exportador desde então.

Em 1998, incluindo folhas, cigarros e charutos, o setor representou 3,05% do total das exportações brasileiras, com valor superior a US$1.550 milhões, mais de 80% destinados aos EUA, União Européia e Japão, justamente os países que mais subsidiam as atividades agrícolas locais.

Para dar apenas um exemplo, destacamos a União Européia, que na última safra de fumo, com previsão de colheita de 350 mil toneladas, estabeleceu subsídios de 1 bilhão e 3 milhões de euros, cifra superior à que foi paga aos produtores brasileiros por 540 mil toneladas, para suportar a competitividade do mercado.

Posição na OMC

Em conseqüência também das cotas e discriminação do fumo estrangeiro nos cigarros americanos, pode-se dizer que era grande o interesse da categoria de que o comércio agrícola fosse debatido na OMC nos termos defendidos pelo governo brasileiro, pois coincidiam e convergiam as posições dos Ministérios do Exterior, do Comércio e da Agricultura com os interesses da agropecuária.

Devemos continuar a batalha pela realização da Rodada do Milênio em Genebra, sede da OMC, com o objetivo de dar à agricultura condições semelhantes às que beneficiam a indústria. Com esse propósito, é preciso fortalecer nossas reivindicações no grupo Cairns e pressionar a Unctad, sem esmorecer nas conversas bilaterais.

Nestor Jost é presidente da Abifumo.

Farinha de vários sacos

As ONGs de Seattle não eram unânimes em seus objetivos, mas representavam interesses bem diversos

XICO GRAZIANO

As ONGs expressavam em Seattle um sentimento ético contra a globalização das economias mundiais. Há uma percepção, evidentemente de cunho antiliberal, de que a OMC opera as regras do comércio das multinacionais.

Por outro lado, entre as ONGs existem grupos corporativos fortes, ligados ao sindicalismo americano, que esbravejavam contra a abertura dos mercados visando defender seus empregos. Tais entidades são, todos sabem, financiadas pelos empresários desses setores protegidos – a exemplo do aço –, que não suportam a concorrência externa. Isso quer dizer que parte das entidades civis que se manifestaram em Seattle defendia interesses puramente econômicos.

Não tenho dúvidas de que, a partir da reunião de Seattle, as chamadas cláusulas sociais e ambientais foram incorporadas definitivamente na agenda da OMC. Ética e humanitariamente, tais proposições são plenamente defensáveis. Na prática do mundo nos negócios, porém, elas se tornarão novas barreiras comerciais disfarçadas, que punirão países em desenvolvimento como o Brasil.

Falta uma rodada

Batalhar pelo início da Rodada do Milênio é fundamental, visando aprimorar as regras do comércio mundial. Isso não implica abdicar do direito de estabelecer acordos bilaterais vantajosos. É uma ilusão achar que a OMC resolverá tudo. Até porque as economias desenvolvidas manterão as rédeas da OMC arrochadas o quanto puderem, tentando defender seus mercados.

Não pode também o Brasil cair na armadilha do ultraliberalismo. No caso da agricultura, essa questão parece-me fundamental. E o governo brasileiro está jogando errado, batendo de frente com os europeus.

O fim dos subsídios envolve o risco de destruição dos pequenos produtores rurais, empurrando-os para disputar o emprego nas cidades. Por isso os europeus defendem ardorosamente seus agricultores e jamais vão concordar em

mudar substancialmente essa política. Defender a eliminação total dos subsídios europeus significa impedir o Brasil de apoiar seus agricultores.

Eu não consigo me opor à multifuncionalidade agrícola, conceito tão caro para os europeus nas discussões da OMC. Já os subsídios às exportações devem ser combatidos fortemente, pois esses deformam os mercados mundiais e punem países como o Brasil.

Mas não compartilho dessa perigosa unanimidade contra o protecionismo agrícola europeu. Parece desculpa para os nossos erros de política interna.

Exagera quem coloca a UE como adversária principal da agricultura brasileira. Os maiores desafios para ampliar o comércio internacional dos agronegócios reside aqui no Brasil. Está faltando mesmo é uma Rodada do Milênio brasileira.

Xico Graziano é deputado federal pelo PSDB de São Paulo.

Setor maduro

O agronegócio paulista/brasileiro estava pronto para dizer a que vinha na reunião de Seattle

JOÃOCARLOSDESOUZAMEIRELLES

A dimensão das expectativas originais do agronegócio paulista e do brasileiro para a reunião de Seattle é dada por números: 40% das exportações brasileiras provêm de produtos do agronegócio, que até novembro de 1999 somaram US$17,9 bilhões, enquanto as importações do setor ficavam em US$5,9 bilhões, garantindo superávit de US$12 bilhões.

Aperfeiçoar o comércio

O agronegócio, com suas exportações, é a fronteira mais viável para gerar trabalho e emprego, renda e receita no Brasil para os próximos anos. Para ampliar sua faixa no mercado mundial, que movimenta US$5,4 trilhões por ano, o Brasil precisa aperfeiçoar seu comércio.

Por isso o setor, que se apresentou razoavelmente organizado em Seattle, preparava-se para isso nos encontros do Mercosul e especialmente do Grupo de Cairns, desde 1998.

O agronegócio do Brasil procurou privilegiar convergências, não acentuar divergências. Por isso foi proveitosa a presença, na reunião do Grupo de Cairns em Buenos Aires, do secretário americano de Agricultura, Dan Glickman.

A expectativa geral ficou, assim, centrada na definição de uma agenda possível, em que se incluem:

- cronograma para redução/eliminação progressiva de subsídios à exportação de produtos do agronegócio;
- exclusão progressiva de itens de deformação comercial, com maior impacto nas economias de países chamados agrícolas;
- redução/eliminação de subsídios ao mercado interno de países desenvolvidos;
- redução/eliminação de regimes de tarifação e cotas no mercado de produtos agrícolas.

São esses também os temas que, do ponto de vista do agronegócio paulista e brasileiro, devem ser prioritários na retomada das negociações do Acordo Agrícola, marcada para janeiro em Genebra, pela OMC.

O agronegócio, com suas exportações, é a fronteira mais viável para gerar trabalho e emprego, renda e receita no Brasil para os próximos anos.

Certificação já

Podemos reagir ao resultado da reunião da OMC em Seattle, em primeiro lugar, não permitindo ou aceitando postergações na retomada das negociações agrícolas marcada para janeiro.

Diante do adiamento da Rodada do Milênio, por falta de definições na assembléia da OMC, considero extremamente urgentes dois pontos básicos: certificação de qualidade dos produtos do agronegócio e exploração de novos mercados